



ID: 116287789

24-03-2025

“Se PSD e PS não querem cair em miniciclos, há um esforço de razoabilidade a fazer”

Ricardo Paes Mamede Director do Iscte-Sintra não está preocupado com o impacto da crise política na economia, que “depende muitíssimo menos do Estado do que alguns julgam”

A crise vista por...

David Santiago Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Ricardo Paes Mamede, professor nas áreas de Economia Política Internacional, Política Industrial e de Inovação e Avaliação de Políticas e, desde 2022, director do Iscte-Sintra, alerta que o investimento em preparação no sector da Defesa não terá as virtualidades económicas prometidas para países como Portugal, porque “a esmagadora maioria da despesa militar que se fizer na Europa vai beneficiar os grandes países produtores”. Sobre a crise política em curso e a possibilidade de sucessivos ciclos governativos curtos, o ex-membro do Conselho Económico e Social diz que, para o futuro, o maior risco consiste numa “governação miope”, incapaz de olhar além do curto prazo. E, apesar de considerar “péssima” uma eventual solução de bloco central, defende que PSD e PS façam um “esforço” para assegurarem a estabilidade política.

Tendo em conta a perspectiva de que não resulte das legislativas de Maio uma maioria clara, é viável e/ou desejável uma solução de bloco central?

Quando pensamos em bloco central, é impossível não pensar na solução que houve entre 1983 e 1985, em que tínhamos um acordo formal entre PS e PSD e um Governo constituído pelos dois partidos. Isso parece-me uma solução péssima na fase do sistema político em que estamos. Não significa que não seja relevante, tendo em perspectiva o risco de um período longo de miniciclos políticos, que haja algum esforço de diálogo e aproximação entre os partidos que podem viabilizar

governações com o mínimo de estabilidade. **Mas pode haver um acordo de incidência parlamentar, que garanta uma maior estabilidade capaz de evitar esses miniciclos.** Não é fácil, na medida em que há uma orientação da actual liderança do PSD de introduzir alterações muito substanciais em algumas áreas importantes de governação. Não creio que seja legítimo querer impor a um outro partido essas alterações substanciais, da mesma forma que, se for o PS a ganhar as eleições, numa situação em que não consegue constituir qualquer espécie de maioria, não me parece razoável que tente impor programas que alterem substancialmente aquilo que tem vindo a ser a governação. Não é possível constituir entendimentos com base em rupturas muito significativas face às orientações que têm vindo a ser seguidas.

Os programas de PSD e PS são incompatíveis? Podemos dar exemplos concretos: uma descida muito substancial do IRC não é compatível com o que existe actualmente nem com aquilo que é o programa do PS. Um acelerar do já elevado nível de responsabilização dos privados pelos serviços públicos de saúde, algo que o PSD tem insistentemente defendido, também não é compatível. Num acordo formal de incidência parlamentar não me parece que seja viável. Agora, se estes partidos levam a sério o princípio de não estar a cair recorrentemente em miniciclos, há um esforço de razoabilidade que terá de ser feito.

No sentido de deixar governar quem tiver melhores condições? Não cabe só a quem deixa governar. **Caminhamos a passos largos para as quartas legislativas em cinco anos. O país e a economia aguentam mais uma**

crise política?

No curto prazo, não vejo problemas de maior. As pessoas preocupam-se essencialmente com duas coisas. Uma é a incerteza, se houver muita incerteza não há investimento, mas só há muita incerteza se houver a possibilidade de chegarem ao governo partidos que têm programas radicalmente diferentes e, neste momento, não é isso que está em causa. A segunda questão é o bloqueio da acção do Estado. Termos ciclos muito curtos faz com que os governos deixem de conseguir governar e isso impede decisões fundamentais. E também não estamos a assistir a isso, temos percebido que isso não acontece apesar desta instabilidade política. O problema maior está na tendência de os governos, que estão em risco de ter ciclos muito curtos, estarem sempre focados no curto prazo, sempre de olhos postos nas próximas eleições. E isso, sim, pode penalizar muito o desenvolvimento da economia a prazo. Mas não é algo que se faça sentir no imediato. Decisões importantes para o nosso desenvolvimento acabam por nunca ser tomadas porque essa não é a preocupação fundamental de quem está a governar.

Há um risco de governação permanentemente eleitoralista? Pelo menos de uma governação miope, que não se atreve a fazer nada que possa pôr em causa os resultados eleitorais futuros. E quem governa com os olhos postos nas próximas eleições não se vai dar ao trabalho de fazer essa governação cuidada. **Temos assistido a uma crescente instabilidade política, com muitas eleições, mas, ainda assim, na última década, Portugal foi-se habituando a ter excedentes, contas equilibradas ou um crescimento do salário médio real de 20% nos últimos dez anos. A economia nacional**



A esmagadora maioria da despesa militar que se fizer na Europa vai beneficiar os grandes países produtores

[Montenegro parte diminuído para estas eleições?] Parece-me óbvio

é hoje suficientemente robusta para passar incólume a estas mudanças de governo?

Ao contrário do que se ouve frequentemente, a economia portuguesa depende muitíssimo menos do Estado do que alguns parecem julgar. Não era assim há 40 anos. Depois de muitas décadas de privatizações, desregulação de muitos sectores, hoje o papel do Estado é muito mais contido. Além disto, tem vindo a acontecer uma coisa que é um sinal de amadurecimento da democracia, que é algum grau de autonomia do aparelho de Estado em relação à governação. Mas devíamos ir mais longe.

Quais são os efeitos mais nefastos de sucessivos miniciclos governativos, para a economia e em termos políticos?

Para a economia já o referi, governar de forma miope, sempre a pensar na curta distância. Em termos políticos é outra conversa, porque, para todos os efeitos, a percepção da maior parte das pessoas é a de que o sistema político é disfuncional. E isto não contribui para a confiança das pessoas nas instituições e na democracia.

O ministro da Coesão Territorial alertou que uma mudança de



esta aposta na Defesa será feita sem ir ao défice e também sem cortar nos serviços públicos. É possível fazê-lo sem aumentar impostos?

Vai depender muito dos objectivos de aumento de despesa.

Admite-se, a prazo, 3% ou perto de 4% do PIB.

Isso simplesmente não é possível.

Se Portugal chegar ao fim da década com uma despesa militar na ordem dos 2% do PIB, muito aquém daquilo que a presidente da Comissão Europeia tem insistido que os Estados-membros façam, e que me parece absurdo, já será uma evolução muito significativa em relação à situação actual. Também vai depender do ritmo de crescimento económico. Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo.

É preciso fazer escolhas.

Descer impostos, aumentar a despesa social e reduzir o rácio da dívida pública... alguma coisa tem que ser posta em causa e o discurso do ainda primeiro-ministro não foi, de facto, claro.

Concorda com o líder do PS quando diz que a empresa familiar Spinumviva não é uma empresa a sério?

Não tenho nada a dizer especificamente sobre isso. O que me parece claro é que Luís Montenegro se colocou numa situação que torna muito difícil a sua continuidade enquanto primeiro-ministro.

Montenegro ficou diminuído nesta recandidatura às legislativas?

Parece-me óbvio.

É pública a proximidade ideológica que tem relativamente a Pedro Nuno Santos. Desiluiu-o que, enquanto secretário-geral do PS, Pedro Nuno tenha estado menos à esquerda do que se antecipava?

Não sou eleitor do PS, muito menos militante. Não tenho de me pronunciar sobre o seu funcionamento interno nem sobre a sua direcção.

Admite a possibilidade de ser ministro, das Finanças ou da Economia, de um eventual futuro governo liderado por Pedro Nuno Santos?

Não tenho nenhuma ambição de participar em qualquer espécie de cargo. Tenho um conjunto de convicções sobre para onde é que a economia portuguesa deveria evoluir, o que é que deveria ser feito nesse sentido. Se alguma vez existissem condições para fazer isso num cargo governativo, não teria nenhum problema em aceitar. Mas a probabilidade de se reunirem condições para ser possível fazer isso não me parece muito elevada.

Apostas na economia

“Montenegro tem uma posição sonsa” sobre sectores estratégicos

O líder do PS defende que o Estado identifique os sectores e tecnologias estratégicos em que o Estado deve concentrar os seus apoios para garantir a transformação do tecido económico do país. O primeiro-ministro responde que “o Estado não deve atrapalhar”. Neste caso concreto, é favorável a uma mão visível ou invisível?

O primeiro-ministro Luís Montenegro tem uma posição sonsa em relação a este tema da selecção, porque o Governo actual está a tomar decisões que implicam selectividade. Por exemplo, os programas operacionais do Portugal 2030 estão a ser reprogramados para tirarem partido de uma orientação da Comissão Europeia, associada ao programa STEP, que visa precisamente identificar investimentos prioritários em tecnologias consideradas chave. E o Governo não hesitou em introduzir essas alterações, o que significa identificar prioridades e canalizar recursos para essas prioridades.

Não poderia ser de outra forma, porque é hoje razoavelmente consensual a nível internacional que, em momentos de grande transformação tecnológica, a única forma de garantir que as economias não perdem o comboio é haver um esforço concertado entre actores públicos e privados para preparar as economias para esses novos desafios. Estamos numa época em que convergem desafios no domínio do digital, energético, da defesa, das telecomunicações e da biotecnologia.

E é obrigação de qualquer Estado garantir que em áreas-chave onde há oportunidades de afirmação das economias nacionais, com reflexos na sua competitividade, estão reunidas todas as condições para que essas áreas efectivamente vingam.

Não é uma questão de esquerda nem de direita?

O que difere a esquerda e a direita diz respeito aos critérios que definem o que é seleccionado, não a lógica de selectividade.

Se o Estado não assumir esse papel, fica em causa a transformação da economia?

Na economia portuguesa já vimos o que é que emerge nas circunstâncias actuais: o sector do imobiliário e o do turismo. Independentemente do julgamento que façamos sobre o contributo que esses sectores têm dado nos últimos anos para a economia portuguesa, não há nenhum país no mundo que se tenha desenvolvido a prazo com base neste tipo de sectores.

Todos os países do mundo que se desenvolveram a prazo foram capazes de impulsionar actividades produtivas tecnologicamente mais avançadas, que enfrentam procuras internacionais dinâmicas. É fundamental que haja uma articulação entre o Estado, as empresas privadas e o sistema científico e tecnológico para identificar capacidades, oportunidades, prioridades de investimento público e privado. Dizer que vamos esperar que as coisas emirjam... Não existe economia sem intervenção do Estado, a questão é se ela é bem feita ou mal feita.

O Estado também pode atrapalhar.

O Estado atrapalha sempre e ajuda sempre. Vivemos em sociedades complexas que precisam sempre de alguma forma de regulação. Não regularmos as actividades económicas significa criarmos problemas para alguém, inclusive para outras actividades económicas. O Estado está sempre presente e quando está sempre presente tem sempre alguma dimensão de bloqueio e alguma dimensão de produção. O truque é minimizar os bloqueios e aumentar a produção, não é julgarmos que o Estado é dispensável nesta equação, porque nunca foi.

executivo vai dificultar, por via do “período de adaptação”, a execução do PRR. Isto é uma posição factual ou eleitoralista?

Não sei se é eleitoralismo, mas não tem razão. O PRR tem 90% das suas operações já aprovadas. Grande parte da execução não depende de decisões governamentais. O mundo dos fundos europeus é um bom exemplo de como as estruturas do Estado têm sido muito menos vulneráveis à mudança de ciclo político. Haverá alguns casos em que o desbloquear de alguma situação pudesse exigir decisão política. Mas, na esmagadora maioria dos casos, trata-se de actos de gestão. Não vejo problema de maior.

A União Europeia prepara-se para um investimento inédito em Defesa. Haverá mesmo um salto de competitividade como prometido?

O debate sobre isso tem sido feito a níveis muito abstractos. Olhando para o caso dos Estados Unidos (EUA), é indiscutível que o investimento que os EUA fizeram desde a Segunda Guerra Mundial no sector militar foi crucial para a sua liderança tecnológica em muitas áreas. Julgar que investir agora na indústria militar vai produzir os mesmos resultados

para todos os países da Europa é uma ilusão.

No caso português, depende do tipo de despesa que estamos a fazer. Para dar um exemplo: a Lei de Programação Militar prevê um investimento em navios-patrolha que foram, em boa medida, concebidos do ponto de vista tecnológico em Portugal e que estão a ser produzidos nos estaleiros de Viana do Castelo. O impacto disso na economia e no sistema de inovação português é enorme.

Se, ao invés disso, Portugal cumprir as metas com que se vai comprometendo em defesa militar na aquisição de caças-bombardeiros para substituir os actuais F-16, a proporção que fica em Portugal é praticamente nula. O efeito económico e de inovação que os investimentos militares têm depende do tipo de investimentos que se faz. A esmagadora maioria da despesa militar que se fizer na Europa vai beneficiar os grandes países produtores, integradores das soluções militares, que são a França, a Alemanha e o Reino Unido. Não vale a pena termos grandes ilusões sobre isto.

No último plenário no Parlamento, o primeiro-ministro garantia que



ID: 116287789

24-03-2025

Paes Mamede
**“Parece-me
óbvio” que
Montenegro
está diminuído**

Política, 8/9